Todos a Brasília no dia 24 de abril!

[pág 16]

Opinião Socialista

WWW.PSTU.ORG.BR

NÚMERO 458 ► 27 DE MARÇO A 10 DE ABRIL DE 2013 ► ANO 17

R$ 2

Um novo ataque à Previdência

Governo quer realizar nova reforma da Previdência para adiar ainda mais a aposentadoria dos trabalhadores.

[págs. 8 e 9]

LEMINSKI: TODA UMA VIDA DE POESIA

Livro apresenta 600 poesias do poeta curitibano.

[pág. 12]

ENCONTRO INTERNACIONAL ARTICULA SINDICALISMO ALTERNATIVO E DE LUTA

[págs. 14 e 15]

TRABALHADORAS DOMÉSTICAS: LUTA CONQUISTA A LEI, MAS É PRECISO IR ALÉM!

[pág. 5]

BANCADA DA ESCRAVIDÃO – A bancada ruralista quer flexibilizar leis sobre trabalho semelhante ao escravo. Uma das medidas é incluir no relatório final da CPI do Trabalho Escravo, iniciada na Câmara em 2012, uma revisão do conceito de "jornada de trabalho degradante".

ASSASSINATO – Mais uma liderança foi assassinada em Altamira (PA). O agricultor Gilzan Teixeira, liderança do Projeto de Assentamento Brasília, foi morto com uma facada no pescoço. As entidades camponesas responsabilizam o latifúndio da região.

A REVOLUÇÃO EM VIDEOGAME

A revolução chegou aos videogames. Recentemente, foi lançado o game Riot, um "simulador de protestos", que não esconde a sua óbvia inspiração na revolução árabe, nos protestos contra a crise econômica na Europa e EUA. Riot simula conflitos entre manifestante e as forças de repressão e aborda temas como liberdade de expressão e cerceamento de direitos.

PÉROLA

"Quando você estimula uma mulher a ter os mesmos direitos do homem, a sua parcela como mãe começa a ficar anulada"

MARCO FELICIANO (PSC-SP), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Para ele ao não ser estimulada a maternidade, "cria-se uma sociedade onde só têm homossexuais".
O Globo 19/03

LATUFF

MULHERES METALÚRGICAS

O número de mulheres que trabalham no setor de metalurgia dobrou nos últimos onze anos, segundo um estudo inédito da Subseção do Dieese da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT. A participação feminina era de 197 mil trabalhadoras, em 2002. Mas chegou a 445 mil em 2012, um crescimento de 26,6%. Porém, existe uma grande diferença entre o que é pago aos homens e às mulheres no ramo metalúrgico. Entre 2010 e 2011, a remuneração média das mulheres era 27,9% menor que a dos homens. Por outro lado, o levantamento mostra ainda que, entre as mulheres metalúrgicas, 15,48% concluíram o ensino superior. Já entre os homens da categoria, o percentual é de 9,27%.

PIQUETE DE JORNAL

Militantes petroleiros do PSTU, realizaram um piquete de venda do Opinião Socialista na entrada da sede Petrobrás em Aracaju. Na ocasião os militantes fizeram agitação sobre a importância de se debater o que foi o governo Chávez, tema da última edição, além da importância de se manter uma imprensa que sirva aos interesses dos trabalhadores. O resultado do piquete foi um sucesso. Foram vendidos cerca de 90 jornais. Muitas edições foram vendidas ao preço de R$ 10,00 ou R$ 5,00 como contribuição solidária ao Opinião. Os companheiros estão de parabéns pela iniciativa, um exemplo a ser seguido.

DITADOR CONDENADO

O ex-ditador argentino Reynaldo Bignone foi condenado pela Justiça da Argentina à prisão perpétua. Bignone esteve à frente do período final da famigerada ditadura Argentina (1976-1983), que assassinou pelo menos 30 mil pessoas. Bignone foi responsabilizado pelos crimes que envolveram 23 vítimas, entre elas sete mulheres grávidas, nas instalações do Campo de Maio, área militar localizada na Grande Buenos Aires, onde funcionava um dos maiores centros clandestinos de detenção do regime. O general Bignone já havia recebido outras três condenações. A última foi de 15 anos de prisão pela repressão no hospital Posadas de Haedo, ocupado militarmente com tanques e helicópteros em 1976.

PRIVATIZAR O ESGOTO

O governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), quer privatizar a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa). O governador, que também é um dos presidenciáveis para 2014, quer repassar os serviços de esgoto, um dos mais lucrativo, para as mãos da empreiteira Odebrecht que, por "coincidência", foi uma das maiores financiadoras das campanhas eleitorais do PSB em todo o país. Atualmente, somente 20% da região Metropolitana do Recife é abrangida por esgoto sanitário. A privatização, ao contrário do que diz o governo, agravará o déficit do esgotamento sanitário, além de provocar o aumento das tarifas.

OPINIÃO SOCIALISTA
publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Avenida Nove de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000
Fax: (11) 5581.5776
e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL
Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary

EDITOR
Eduardo Almeida Neto

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO
Diego Cruz, Jeferson Choma, Wilson H. da Silva

DIAGRAMAÇÃO
Thiago Mahrenholz

IMPRESSÃO
Gráfica Lance
(11) 3856-1356

ASSINATURAS
(11) 5581-5776
assinaturas@pstu.org.br
www.pstu.org.br/assinaturas

No dia 24 de abril, todos à marcha a Brasília

A convocação da marcha, para o dia 24 de abril, está se fortalecendo em todo país. A unidade da CSP-Conlutas com entidades do funcionalismo (Condsef, Andes-SN, Sinasefe, Fenasps, Fasubra, Asfoc-SN, dentre outras), dos trabalhadores do campo (MST e Feraesp), sindicatos de professores (CPERS, Sepe), correntes da CUT como "A CUT pode mais", do movimento dos aposentados (Cobap), do movimento estudantil, como a ANEL, e outros setores, indica a possibilidade de uma forte mobilização nessa data.

Essa é a explicação para a "Nota de Esclarecimento" divulgada pela direção nacional da CUT, atacando a marcha. É a expressão de que setores importantes da base e das direções intermediárias da CUT estão aderindo à preparação da Marcha, o que está deixando sua direção nacional muito preocupada.

Essa marcha é unitária, incorporando sindicatos e entidades do movimento sindical, estudantil e popular. Unifica dirigentes de diversos partidos políticos, assim como independentes. Tem como objetivo rejeitar os ataques aos direitos dos trabalhadores, como a reforma da Previdência, e a imposição dos Acordos Coletivos Especiais (ACE). A mobilização unifica, em uma plataforma comum, reivindicações dos distintos setores de trabalhadores, que apontam outra direção para a política econômica nesse país.

Dilma está aplicando uma política econômica a serviço dos patrões. As grandes empresas tiveram lucros altíssimos nos governos do PT. Agora, que existe uma desaceleração da economia, existe uma queda nesses lucros. O sentido das iniciativas de Dilma é o de assegurar que esses lucros não caiam. Vem daí os incentivos fiscais, a redução dos impostos e as privatizações.

O que essa Marcha está colocando em primeiro plano, no país, é que é necessário mudar esse cenário. Chega de dar dinheiro aos patrões. É necessária uma política econômica a serviço dos trabalhadores! É preciso rejeitar os ataques, como a reforma da Previdência e os ACE's, e avançar com a suspensão do pagamento das dívidas, para que se possa investir na saúde e na educação, como também pagar os reajustes devidos ao funcionalismo. É preciso revogar as privatizações e ter uma Petrobrás 100% estatal, para termos combustível barato.

Não é verdade que todos estão de acordo com os atuais rumos da política econômica nesse país. Nem tampouco é verdade que os que se opõem têm compromisso com a oposição de direita. É hora de que um terceiro campo, o dos trabalhadores, oposto tanto aos rumos do governo petista quanto da oposição de direita, tenha visibilidade nesse momento.

Todos os sindicatos e entidades do país devem chamar assembleias e discutir a preparação da marcha do dia 24 de abril a Brasília.

OPINIÃO Wilson H. Silva, da Secretaria de Negros e Negras do PSTU

Fora Feliciano! Chega de racismo, machismo e homofobia institucionais!

Quando fechávamos esta edição, a permanência do pastor e estelionatário Marco Feliciano, do Partido Social Cristão (PSC), na Comissão de Direitos Humanos e Minorias do congresso nacional ainda estava incerta.

Na terça, 26, encerraria o prazo dado pelo presidente da Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN) – que qualificou a situação como "insustentável" – para que o partido deste homofóbico, racista e machista confesso, encontrasse uma saída para o impasse criado, diga-se de passagem, pelo próprio Congresso que promoveu esta eleição-provocação.

A possibilidade de renúncia não é pequena, dada a gigantesca onda de indignação e protestos que tomou as ruas do país e as redes sociais, onde a campanha "Feliciano não me representa" ganhou adesão, inclusive de celebridades nacionais e internacionais. Uma reação à altura dos absurdos proferidos por um sujeito que acumula em seu imundo currículo uma infinidade de ataques aos setores oprimidos.

Exemplos não faltam. A África seria vítima da "fome, pestes, doenças e guerras étnicas" porque africanos são "amaldiçoados" (não todos, já que "há brancos na África do Sul", como declarou à revista Veja); "a podridão dos sentimentos homoafetivos levam (sic) ao ódio, ao crime e à rejeição", a "AIDS é um câncer gay" e mulheres sequer deveriam pleitear por direitos.

Apesar de toda a pressão, Feliciano, diz que "só sai morto" da Comissão, o que só pode ter uma resposta por parte de todos que lutam por uma sociedade onde "liberdade" e "igualdade" não sejam ideias abstratas, cotidianamente pisoteadas por gentalha como o pastor: a continuidade e a intensificação da luta.

Uma campanha que, inclusive, não pode parar mesmo se conseguirmos tirá-lo da Comissão. Primeiro, não temos nenhuma ilusão quem quer que o substitua irá defender nossos direitos. Segundo, porque é inaceitável que fundamentalistas como ele, Bolsonaro, Malafaia e tantos outros continuem exercendo seus mandatos, se escondendo covardemente atrás da "imunidade parlamentar" (e acobertados, é importante lembrar, por acordos com o governo petista).

As enormes, belas e vigorosas mobilizações que têm tomado as ruas não podem parar até que esse canalha renuncie. Mas devem ir além. É preciso intensificá-las, exigindo que Dilma rompa com estes setores e adote as medidas necessárias para que os "infelecianos" da vida tenham o tratamento que mereceriam em qualquer Estado minimamente laico e democrático: sejam colocados atrás das grades.

O PSTU continuará participando ativamente destas lutas, mobilizando oprimidos e explorados; o que, para nós, é a única garantia de que, um dia, poderemos por um definitivo ponto final em histórias lamentáveis como estas.

PLC 122, original, já! Ampliação da Lei Maria da Penha! Por um verdadeiro Estatuto da Igualdade Racial.

Endereços das sedes

SEDE NACIONAL

Av. 9 de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000 | Tel. (11) 5581.5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - *maceio@pstu.org.br* | *pstual.blogspot.com*

AMAPÁ

MACAPÁ - Rua Professor Tostes, 1282 - CEP. 68900-030. Bairro Santa Rita. Tel: (96) 3224.3499 | macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823 - Centro. (92) 234.7093 *manaus@pstu.org.br*

BAHIA

SALVADOR - R. da Ajuda, 88, sala 301 - Centro. (71) 3015.0010 *pstubahia@gmail.com* *pstubahia.blogspot.com*
CAMAÇARI - R. Emiliano Zapata, s/n - CEP 42800-910 - Nova Vitória

CEARÁ

FORTALEZA - R. Juvenal Galeno, 710 - Benfica. (85) 3044.0056 *fortaleza@pstu.org.br*
JUAZEIRO DO NORTE - R. São Miguel, 45 - São Miguel. (88) 8804.1551

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - SCS Quadra 6, Bloco A, Ed. Carioca, sala 215 - Asa Sul. (61) 3226.1016 | *brasilia@pstu.org.br* *pstubrasilia.blogspot.com*

GOIÁS

GOIÂNIA - Rua 237, nº 440, Qd-106, Lt- 28, casa 02 - Setor Leste Universitário. (62) 3541.7753 | *goiania@pstu.org.br*

MARANHÃO

SÃO LUÍS - Av. Newton Bello, 496, sala 10 - Monte Castelo. (98) 8812.6280/8888.6327 *saoluis@pstu.org.br* *pstumaranhao.blogspot.com*

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165 - Jd. Leblon. (65) 9956.2942/9605.7340

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 - Vila Planalto. (67) 3331.3075/9998.2916 *campogrande@pstu.org.br*

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE - Av. Paraná, 158 - 3º andar - Centro. (31) 3201.0736 | *bh@pstu.org.br* | *minas.pstu.org.br*
BETIM - (31) 9986.9560
CONTAGEM - R. França, 352, sala 202 - Eldorado. (31) 2559.0724
ITAJUBÁ - Av. Engenheiro Pedro Fonseca Paiva, 188/303 - Bairro Avenida. (35) 8402.1647
JUIZ DE FORA - Av. Rio Branco, 1310 (sobrado) - Centro. *pstu16juizdefora@gmail.com*
MARIANA - Rua Jequitibá nº41, Bairro Rosário. (31) 8837-0478 | pstumariana@gmail.
UBERABA - R. Tristão de Castro, 127. (34) 3312.5629 | *uberaba@pstu.org.br*
UBERLÂNDIA - (34) 8807.1585

PARÁ

BELÉM - Av. Almirante Barroso, Nº 239, Bairro: Marco. Tel: (91) 3226.6825 *belem@pstu.org.br*

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - Av. Apolônio Nobrega, 117. Bairro Castelo Branco (83) 241-2368. *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

CURITIBA - Av. Vicente Machado, 198, C, 201. Centro
MARINGÁ - R. Castro Alves, 269 - Jd. Panorama. Sarandi-PR. (44) 9963-5770 | (44) 9944-2375

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua do Príncipe, 106, Soledade, Recife-PE CEP 50050-410 *pernambuco@pstu.org.br www.pstupe.org.br*

PIAUÍ

TERESINA - R. Quintino Bocaiúva, 421. *teresina@pstu.org.br* *pstupiaui.blogspot.com*

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - R. da Lapa, 180 - Lapa. *(21) 2232.9458* *riodejaneiro@pstu.org.br* | *rio.pstu.org.br*
MADUREIRA - Av. Ministro Edgard Romero, 584/302. Próx ao CDD Correios de Vaz Lobo.
DUQUE DE CAXIAS - Av. Brigadeiro Lima e Silva, 2048, sala 404 - Centro. *d.caxias@pstu.org.br*
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633/308 - Centro. *niteroi@pstu.org.br*
NORTE FLUMINENSE - R. Teixeira de Gouveia, 1766, Fundos - Centro de Macaé. (22) 2772.3151
NOVA FRIBURGO - R. Guarani, 62 - Cordoeira
NOVA IGUAÇU - R. Barros Júnior, 546 - Centro
VALENÇA - *sulfluminense@pstu.org.br*
VOLTA REDONDA - R. Neme Felipe, 43, sala 202 - Aterrado. (24) 3112.0229 | *sulfluminense@pstu.org.br* | *pstusulfluminense.blogspot.com*

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL - Rua Letícia Cerqueira, 23, Cidade Alta. (84) 2020.1290. natal@pstu.org.br. psturn.blogspot.com

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - R. General Portinho, 243 - Porto Alegre. (51) 3024.3486/3024.3409 *portoalegre@pstu.org.br* *pstugaucho.blogspot.com*
GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105 - Morada do Vale I. (51) 9864.5816
PASSO FUNDO - Av. Presidente Vargas, 432, sala 20 - Galeria Dom Guilherm. (54) 9993.7180
SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807.1722
SANTA MARIA - (55) 9922.2448

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - R. Nestor Passos, 77 - Centro. (48) 3225.6831 *floripa@pstu.org.br*
CRICIÚMA - R. Imigrante Meller, 487 - Pinheirinho. (48) 3462.8829/9128.4579 *pstu_criciuma@yahoo.com.br*

SÃO PAULO

SÃO PAULO - *saopaulo@pstu.org.br*
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento. (11) 3313.5604
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 - São Miguel. (11) 7452.2578
ZONA SUL - R. Amaro André, 87 - Santo Amaro. (11) 6792.2293
ZONA OESTE - R. Alves Branco, 65 - Lapa de Baixo. (11) 7071.9103
BAURU - R. Antonio Alves, 6-62 - Centro. CEP 17010-170. *bauru@pstu.org.br*
CAMPINAS - R. Saudanha Marinho, 990. (19) 3201.5672 | *campinas@pstu.org.br*
GUARULHOS - R. Harry Simonsen, 134, Fundos - Centro. (11) 2382.4666 *guarulhos@pstu.org.br*
MOGI DAS CRUZES - R. Prof. Floriano de Melo, 1213 - Centro. (11) 9987.2530
PRESIDENTE PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 101, sala 5 - Jardim Caiçara. (18) 3221.2032
RIBEIRÃO PRETO - R. Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos. (16) 3637.7242 | *ribeirao@pstu.org.br*
SANTOS - R. Júlio de Mesquita, 16 - Vila Mathias. (13) 8168.7588 | *santospstu@gmail.com* *pstusantos.blogspot.com.br*
SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Carlos Miele, 58 - Centro. (11) 4339.7186 | *saobernardo@pstu.org.br* *pstuabc.blogspot.com*
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - R. Romeu Carnevalli, 63, Piso 1 - Jd. Bela Vista. (12) 3941.2845 | *sjc@pstu.org.br*
EMBU DAS ARTES - Av. Rotary, 2917, sobreloja - Pq. Pirajuçara. (11) 4149.5631
SUZANO - (11) 4743.1365 *suzano@pstu.org.br*

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto, 1538-b - Conjunto Orlando Dantas. (79) 3251.3530 | *aracaju@pstu.org.br*

TOCANTINS

PALMAS - (63) 8419.9194 pstutocantins.webnode.com

Atividades resgatam as lutas das mulheres trabalhadoras

Durante o mês de março, o PSTU impulsionou inúmeras atividades sobre a situação das mulheres trabalhadoras. Aproveitamos o mês para lançar a cartilha “Luta Mulher”, que aborda opressão e a relação com o capitalismo e participamos de inúmeros atos.

BELÉM

SÃO PAULO

ANA PAGU, da Secretaria Nacional de Mulheres do PSTU

Em Contagem (MG), no dia 4, o PSTU e o Movimento Mulheres em Luta (MML) realizaram um protesto durante o julgamento do goleiro Bruno, que mandou assassinar Elizia Samúdio, exigindo sua prisão. O protesto também exigia de Dilma a ampliação da Lei Maria da Penha, uma vez que Elizia também sofreu com a ausência de medidas de proteção do poder público.

Em São José dos Campos (SP), na manhã do dia 8 de março, o MML e sindicatos filiados a CSP-Conlutas do Vale do Paraíba organizaram uma manifestação em frente à prefeitura. Uma comissão foi recebida pelo prefeito. Na pauta, a cobrança do Hospital da Mulher prometido em campanha, a construção de creches e medidas concretas para o fim da violência.

ATOS UNITÁRIOS NO DIA 8 DE MARÇO

O PSTU participou de atos unitários nas principais capitais brasileiras, juntamente com organizações femininistas como a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), o Movimento Mulheres em Luta (MML); partidos como PSOL, PCB, PT e PCdoB; centrais sindicais como CUT, CTB e CSP-Conlutas. A unidade foi construída em torno de um ponto comum: exigir dos governos o fim da violência contra a mulher.

O PSTU, junto com o MML e as entidades filiadas a CSP-Conlutas, compôs uma coluna classista, denunciando a política do governo Dilma para as mulheres, exigindo investimentos para protegê-las da violência, com mais investimento na Lei Maria da Penha e medidas concretas de melhorias nas condições de vida dos trabalhadores.

Por isso, também reafirmou sua disposição de lutar contra o Acordo Coletivo Especial (ACE), que atacará os direitos das mulheres trabalhadoras. Outras bandeiras históricas também foram levantadas como “salário igual para trabalho igual”, a defesa da legalização do aborto e a necessidade de construção de creches públicas.

A lutas das mulheres árabes também foi lembrada em nossas colunas, assim como a campanha pela continuidade das investigações sobre o desaparecimento de Carolina Garzón, militante colombiana do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST).

Em São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e em Porto Alegre (RS) os atos reuniram milhares de pessoas, com importante presença política. Em São Paulo, a aparição do MML foi destaque, com um lindo balão. Já em Belo Horizonte, o ato tomou as ruas da cidade, numa demonstração de força e mobilização. Em Porto Alegre, marchamos juntos com as professoras, (3,5 mil saíram às ruas convocadas pelo CPERS, sindicatos dos professores da rede estadual gaúcha).

No Rio de Janeiro (RJ), onde o ato reuniu 700 pessoas, a coluna do PSTU foi grande, forte e agitada. A CUT rompeu com o ato e realizou uma pequena manifestação paralela. Em Natal (RN), a CUT também não compareceu. O ato aglutinou várias ativistas que marcharam conosco. A vereadora do PSTU, Amanda Gurgel, esteve presente e cobrou a rede de atendimento às vitimas da violência.

Em Fortaleza (CE), o ato teve 300 pessoas. A coluna do PSTU e do MML foi de longe a maior. Após um trabalho de convocação nos canteiros de obras, que contou com palestras e debates sobre a situação da mulher trabalhadora, mais de 100 operárias da construção civil marcharam juntas com companheiros do mesmo setor, mostrando a força de uma categoria tão explorada e oprimida.

Em Belém (PA), para preparar o ato e organizar a pauta das mulheres da Construção Civil, o MML e o sindicato da categoria promoveram um encontro que contou com a presença de 80 operárias. No dia 8 de março, 400 pessoas se dirigiram à prefeitura para cobrar do prefeito a construção de creches. A mobilização obrigou o prefeito a receber uma comissão, que foi acompanhada pelo vereador do PSTU, Cleber Rabelo. E, no último dia 19, houve uma reunião com o Reitor da Universidade Federal do Pará para dar encaminhamento e uma solução concreta para reabrir uma creche próxima da universidade, que aguarda posição da prefeitura.

O PSTU também participou de atos em várias cidades, como Curitiba, Aracaju, São Luís, Recife, Teresina, Salvador, Campinas, Maceió, dentro outras. Confira vídeos das atividades em nosso site.

UNIDADE DE CLASSE VERSUS A UNIDADE DE GÊNERO

Duas polêmicas cruzaram os atos unitários. As governistas foram defender a presidente Dilma simplesmente por ser mulher, sem fazer uma avaliação crítica das medidas para as trabalhadoras. O PSTU, por outro lado, defendeu um programa classista, argumentando que o fato de Dilma ser mulher não garante a defesa das trabalhadoras, porque ainda que seja importante que as mulheres ocupem espaço, para defende-las é necessário que governem para a nossa classe, o que não vem ocorrendo.

Em seu discurso, no dia 8 de março, em cadeia nacional, a presidente entre outras palavras, disse: “*vocês não esqueçam que a maior autoridade deste país é uma mulher*”. Mas, se a presidente pretende fazer valer mesmo sua “autoridade”, seu governo deveria investir mais dinheiro para poder aplicar e ampliar a Lei Maria da Penha. Como, também, seria necessário um programa que melhor as condições de vida das mulheres trabalhadoras, que garanta acesso à saúde, à educação e emprego para que elas possam romper com o ciclo da violência.

Outra polêmica foi relativa à participação dos homens. Militantes da Marcha Mundial de Mulheres criticaram a participação dos homens nos atos do dia 8. O PSTU, pelo contrário, se orgulha de ter homens em sua coluna, já que a luta das mulheres só pode ser vitoriosa se contar com a participação de toda nossa classe. A unidade estratégica para libertar as mulheres não é unir todas as mulheres, mas unir todos os trabalhadores contra a opressão e a exploração, uma vez que o machismo só poderá ser definitivamente destruído com o fim do capitalismo e construção do socialismo.

O PSTU fez um excelente trabalho neste mês. Mas sabemos que a luta contra o machismo e o capitalismo não pode se limitar ao mês de março. Seguiremos com ela ao longo de todo ano. Por isso, damos boas vindas às mulheres que se filiaram ou aceitaram militar conosco nesse processo. E fazemos um convite para que outras possam fazer uma experiência em nossas fileiras. ■

Vídeos

Assista os 8 de março pelo país em: http://goo.gl/y7tWw

Trabalhadoras domésticas: luta conquista a lei, mas é preciso ir além!

VERA LÚCIA, de Aracajú (SE)

Herança "típica" de uma sociedade escravocrata, as empregadas domésticas são tão "comuns" entre nós que se tornaram figuras sempre presentes nos principais produtos os meios de comunicação de massas. Geralmente, estão nos bastidores, presas na "senzala-moderna-quartinho-dos-fundos" ou surgem de forma asquerosamente estereotipada. Mais recentemente, com a ascensão da "nova classe C", elas ganharam papel de destaque de forma idealizada e falsa, como "empreguetes" de sucesso.

Na semana passada, contudo, foi a vida real que jogou holofotes sobre a vida dos milhões de mulheres que sobrevivem trabalhando nos chamados serviços domésticos, em função da aprovação, pelo Senado, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 66/2012, que altera o artigo 7º da Constituição Federal e garante, em lei, a equiparação de direitos mínimos às empregadas domésticas.

UMA DÍVIDA PRA LÁ DE ANTIGA

Do ponto de vista da legislação, há um atraso de pelo menos 30 anos na equiparação de direitos entre as trabalhadoras domésticas e as demais ocupações. E cabe lembrar que muitas das leis que já foram aprovadas, na prática, nunca saíram do papel. Na primeira regulamentação das leis trabalhistas, em 1943, elas ficaram de fora e somente tiveram direito à carteira assinada em 1972 (Lei 5859/72), que também assegurou férias de 20 dias úteis ao ano.

Uma nova conquista foi obtida em na Constituição de 1988 quando, na esteira das lutas pela redemocratização, elas obtiveram o direito de não receber remuneração inferior a um salário mínimo, 13° salário, descanso semanal, férias anuais remuneradas, direito à aposentadoria. Em 2001, foi a vez do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do seguro desemprego, que não se transformou em um direito de fato, já que o recolhimento dos tributos necessários para garantir benefício ainda era opcional ao contratante.

Em 2006, a lei proibiu o empregador de descontar, do salário do trabalhador doméstico, os gastos com alimentação, vestimenta, moradia e higiene. Foram asseguradas as férias de 30 dias (após um ano de trabalho) e a garantia de não demissão, sem justa causa, após cinco meses do parto.

Agora, com a aprovação do PEC 66/2012, foram conquistados a jornada diária de, no máximo, oito horas (44 horas semanal), o pagamento de horas-extras (com acréscimo de 50%), além da licença-maternidade, de 120 dias, remunerada. Também foi estipulado que o salário mínimo é o piso da categoria.

A nova lei também prevê a equiparação com direitos já assegurados aos demais trabalhadores com carteira assinada: seguro-desemprego, FGTS, adicional por trabalho noturno, salário-família, assistência gratuita a dependentes com até cinco anos em creches e pré-escolas, seguro contra acidentes de trabalho. Contudo, nenhum destes direitos está automaticamente garantido, pois dependem de uma regulamentação específica.

Além disso, nem todos os direitos foram estendidos a elas. Por exemplo, não estão previstos o direito ao pagamento de adicional de insalubridade ou periculosidade (nos casos necessários). E pior, as novas regras não valem para aquelas que trabalham uma única vez por semana na casa de uma mesma família, ou seja, as diaristas, que compõem uma enorme parcela da categoria.

HERANÇA PATRIARCAL E RACISTA

As mudanças na legislação, ainda que insuficientes, são fundamentais para assegurar condições mínimas de trabalho para as cerca de 7,2 milhões de pessoas que limpam, lavam, passam, arrumam, organizam casas e escritórios para sobreviver. Para se ter uma idéia do significado deste número e do quanto ele é "típico" de um país que viveu 400 anos de escravidão, vale lembrar que os "empregados domésticos" formam a maior categoria profissional do Brasil.

As marcas desta herança, e a apropriação que o capitalismo fez dela, estão em todos os lugares: as mulheres são 93% do total (cerca de 6 milhões) e os negros e negras representam 60% do total (4 milhões). Dentre as mulheres, o trabalho doméstico, em 2009, segundo o Instituto de Pesquisas Aplicadas, representava 21,8% da ocupação das negras, ante 12,6% das trabalhadoras brancas.

Se isto não bastasse, o próprio caráter da atividade (no interior das casas e escritórios) cria ainda mais condições para que o machismo se manifeste no assédio e na violência. Segundo Cleusa Maria de Jesus, presidente do Sindicato das Domésticas da Bahia, em relato à revista Carta Capital (janeiro de 2013), "tapas, empurrões, braços e pernas quebradas são denúncias comuns" feitas pelas trabalhadoras domésticas.

Atualmente, a maioria (70%) das empregadas está na informalidade. Já os salários são os mais baixos de todas as ocupações predominantemente femininas: a renda mensal de uma trabalhadora doméstica é, em média, de um salário mínimo; no entanto, cerca de 1,8 milhão recebe metade disso. Considerando-se que as mulheres negras, em geral, já ganham até um terço do valor pago a um homem branco, dá pra imaginar a situação.

O resultado geral não poderia ser outro: em 2009, 37,6% dos domicílios chefiados por trabalhadoras domésticas se encontravam abaixo da linha de pobreza (ou seja, a renda chegava a meio salário mínimo para cada membro da família).

UMA CONQUISTA IMPORTANTE, MAS É PRECISO IR ALÉM

Por tudo isso, as mudanças na lei, constituem uma vitória da organização e luta dessas trabalhadoras. Tanto a equiparação salarial quanto os direitos são passos fundamentais para romper a lógica da escravidão e avançar na luta contra a opressão e exploração das mulheres, especialmente, das negras.

Contudo, além de insuficiente, é preciso lembrar que nada do que está previsto pela lei foi ou está garantido, como é típico no sistema capitalista, particularmente em um setor onde a informalidade e a precarização são inversamente proporcionais aos níveis de sindicalização.

Por isso, é necessário seguir a luta para valer e ampliar os direitos. Um primeiro passo é exigir que o Senado incorpore os direitos das trabalhadoras domésticas sem necessitar de regulamentação; algo que os senadores podem fazer, por se tratarem de direitos constitucionais. Além disso, devemos lutar pela redução da jornada de trabalho para 36 horas; extensão da licença-maternidade para 180 dias (sem isenção fiscal) e aumento dos salários.

Lutas que são fundamentais para melhorar as condições de vida das empregadas domésticas e também são parte do combate permanente que devemos travar contra o machismo, o racismo e toda forma de opressão até que, um dia, possamos construir uma sociedade socialista, que apague de vez as marcas da escravidão e toda forma de exploração.

BELÉM

Cresce o apoio popular à campanha pelo fim das mordomias dos políticos

WILIAM MOTTA, de Belém (PA)

No último dia 24, Cleber Rabelo, vereador do PSTU, foi à Praça da República, tradicional ponto de encontro dos moradores de Belém nos finais de semana, para divulgar o Projeto de Lei de sua autoria que propõe reduzir os salários dos políticos e vereadores da Câmera de Municipal e acabar com a farra do tíquete-alimentação. Atualmente o prefeito de Belém recebe mais de R$ 18 mil, a vice-prefeita R$ 16 mil, e os vereadores mais de R$ 15 mil mensais só de salário. Além disso, cada vereador recebe, sem ter a obrigação de prestar contas, R$ 14 mil em tíquete-alimentação. O Projeto tem recebido forte apoio popular, sobretudo após a reação contrária extremamente agressiva por parte da bancada governista na Câmara.

No último dia 19, por ocasião da votação de um requerimento do vereador Cleber que propunha o registro nos anais da casa de matéria veiculada em um jornal de grande circulação na cidade que discutia o Projeto de Lei da redução dos salários dos políticos, os vereadores Mauro Freitas (PSDC), Miguel Rodrigues (PRB) e Iran Moraes (PT) atacaram o projeto acusando o vereador do PSTU de "demagogo" e o chamando de "palhaço". A reação de solidariedade ao vereador na internet e nas ruas foi imediata. No dia seguinte, no plenário, Cleber respondeu aos ataques e contou com a solidariedade do vereador Fernando Carneiro (PSOL) e de vários internautas e blogueiros, o que ganhando grande repercussão em Belém. Várias rádios o convidaram para dar entrevista para falar do projeto. Além disso, o apoio dos trabalhadores nos bairros, canteiros de obra e praças tem sido enorme. O Projeto de Lei ainda não tem data para ser votado, mas o PSTU está realizando uma campanha com um abaixo-assinado para obrigar os vereadores a votarem favoravelmente ao projeto. *"É um desrespeito absurdo com a população um político ganhar um salário como esse quando mais da metade da população de Belém vive com menos de um salário mínimo per capita"* afirmou Cleber em entrevista à rádio Liberal CBN.

NATAL

Com apoio de Amanda Gurgel, movimento LGBT impede homenagem a bispo homofóbico

Projeto do presidente da Câmara de Natal pretendia homenagear o bispo e ex-deputado federal, Robson Rodovalho, que teve seu mandato marcado por ataques aos direitos dos homossexuais.

JOÃO PAULO DA SILVA, de Natal (RN)

O mandato da vereadora Amanda Gurgel (PSTU) mostrou que não vai tolerar nenhuma forma de opressão nem qualquer tipo de apologia ao preconceito. Prova disso foi o que aconteceu na Câmara de Vereadores de Natal, entre os dias 19 e 21 de março.

O presidente da Casa, vereador Albert Dickson (PP), apresentou um projeto que concedia ao bispo e ex-deputado federal, Robson Rodovalho, o título de Cidadão Natalense. Eleito em 2006 pelo antigo PFL, o bispo Rodovalho fez campanha abertamente contra o PLC 122 (projeto que torna crime o preconceito contra homossexuais) e teve seu mandato marcado pela homofobia.

Quando a proposta foi apresentada pelo presidente da Câmara, no dia 19, a professora Amanda Gurgel foi a primeira no plenário a se manifestar contra a homenagem. "A Câmara não pode homenagear alguém que ataca os homossexuais e discorda que eles tenham seus direitos humanos reconhecidos. Não posso ser conivente com isso. Esse projeto é um retrocesso. Vai na contramão dos protestos que o país faz contra o também homofóbico deputado Feliciano.", criticou a vereadora.

Acuado pelo mal estar que a proposta gerou, o autor do projeto ainda tentou justificar sua homenagem velada à homofobia, mas só piorou a situação. "A pessoa ser contra o casamento gay, por exemplo, não significa dizer que é contra os gays.", chegou a dizer o presidente Albert Dickson, que também é evangélico. Diante do posicionamento contrário de outros vereadores e de um pedido de vistas do correligionário Rafael Motta (PP), a votação foi adiada. Entretanto, o adiamento não impediu que os protestos contra a homenagem fossem ainda maiores.

No dia 21, o movimento LGBT compareceu às galerias para protestar contra a aprovação do projeto. O grupo Atrevidas manifestou seu repúdio ao homofóbico bispo Rodovalho e exigiu a retirada da proposta de concessão do título de Cidadão Natalense. A sessão foi suspensa por 10 minutos, para que um representante dos manifestantes pudesse falar aos vereadores. Integrante da Comissão de Direitos Humanos, Trabalho e Minorias da Câmara de Natal, a vereadora Amanda Gurgel voltou a se posicionar contra a proposta e a criticar o projeto.

A professora do PSTU também expressou mais uma vez seu repúdio às declarações racistas, machistas e homofóbicas do deputado Marco Feliciano (PSC), eleito para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal. Num cartaz, Amanda escreveu: "Sou Amanda Gurgel, professora e vereadora do PSTU em Natal. Marco Feliciano e Robson Rodovalho não me representam!".

Por causa do protesto dos ativistas LGBT, a votação foi novamente retirada de pauta. Entretanto, para a vereadora socialista, "é necessário manter a mobilização e a vigilância para consolidar a vitória", destacou a professora.

A alta da inflação, as atuais medidas do governo e o endividamento

Com a política de isenção fiscal do governo, só os grandes empresários se beneficiarão

ERIC GIL, de Curitiba (PR)

No ano de 2012, o Produto Interno Bruto brasileiro (o PIB, a soma do valor de tudo o que é produzido no país em um ano) cresceu apenas 0,9%; e ainda menos, 0,1%, se considerássemos em termos per capita. Este é o menor nível de expansão no governo Dilma e o menor entre os chamados BRIC's (Brasil, Rússia, Índia e China). A China teve o maior crescimento (7,8%), seguida pela Índia (5%), Rússia (3,4%) e África do Sul (2,5%).

Aliado ao baixo crescimento, o governo, agora, passa a se preocupar com a inflação, antigo fantasma brasileiro, que até fevereiro havia acumulado alta de 6,31%, comparado ao mesmo período do ano anterior.

Para tentar salvar a economia, o governo expandiu mais uma vez seu pacote de isenções fiscais, esperando, assim, diminuir a inflação, estimular o consumo e, consequentemente, despertar o instinto dos empresários para os investimentos, que também se mantêm no menor nível do atual governo.

GUIDO MANTEGA, Ministro da Fazenda, anuncia medidas do governo.

Saiba mais

ISENÇÃO FISCAL
As isenções fiscais, ou desonerações, ocorrem quando o governo abre mão de impostos que as empresas tinham obrigação de pagar. Isto acontece, a princípio, como um incentivo econômico, ou para que uma empresa se instale em determinado local (como é costume em regiões mais pobres, como o Nordeste) para aumentar a sua produção em um momento de diminuição da demanda. No caso atual, o objetivo é para que haja mais investimentos e produção, tendo em vista que o investimento caiu nos últimos anos, principalmente por conta da crise econômica mundial.

QUEM REALMENTE GANHA COM AS BILIONÁRIAS ISENÇÕES DO GOVERNO?

Estas desonerações já vêm desde 2009. A Receita Federal estima que a renúncia fiscal no ano passado foi de R$ 43 bilhões, o equivalente a cerca de 1% do PIB. Para 2013, as desonerações deverão ser de R$50 bilhões e, para 2014, de mais R$55 bilhões.

A última Medida Provisória, publicada na metade de março, fez um corte geral de tributos nos seguintes produtos: carnes, peixes, café, açúcar, óleo de soja, manteiga, margarina, sabonete, pasta de dente e papel higiênico. Ao todo, o governo deverá abrir mão de R$ 5,5 bilhões em arrecadações no ano. A princípio, o discurso era para baixar o preço da cesta básica, no entanto, até o *foie gras* (fígado de ganso), iguaria da culinária francesa cujo quilo pode chegar a custar mais de R$ 1,5 mil em elegantes empórios, entrou na lista de alimentos que serão desonerados.

Mas, como já vimos em casos anteriores, o repasse da isenção aos consumidores será apenas parcial, o preço não cairá na proporção da queda de impostos. Segundo informações do Bradesco, a média deste repasse para o preço comercial deverá ficar próximo dos repasses das isenções do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos carros (84%) e da linha branca (40%). Ou seja, exatamente como em casos anteriores, não serão os trabalhadores que se beneficiarão com isso, mas os grandes empresários, que não terão que pagar impostos. Estas desonerações prejudicam a arrecadação do governo e, consequentemente, as políticas para a educação, saúde e moradia.

A arrecadação de impostos e contribuições líquidas de restituições e incentivos fiscais caiu no ano passado e ficou em 14,9% do PIB, percentual inferior ao observado em 2011 (15,1%) e também abaixo da média do período pré-crise, entre 2005 e 2008, de 15,6%.

Além de ter um efeito muito limitado na inflação, já que os empresários não repassam as desonerações de impostos para o preço final, e prejudicar a arrecadação do governo, outra grande preocupação deve ser levantada pelos trabalhadores. Grande parte destas desonerações se dá na folha de pagamento. As medidas zeram a contribuição patronal de 20% sobre a folha de pagamento e, em troca, as empresas passam a pagar uma pequena alíquota sobre o faturamento, um valor menor.

O que isto significa? A arrecadação para a Previdência Social diminuirá, o que impulsionará a farsa do "rombo da previdência" e, consequentemente, as pressões para o não aumento das aposentadorias e para a privatização (leia mais nas páginas 8 e 9). Um processo iniciado há tempos e que já forma fundos bilionários exclusivamente para o capital financeiro especular, como a Petros (Petrobras) e a Previ (Banco do Brasil).

Em janeiro, o Ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, declarou que a desoneração da folha de pagamento feita pelo Governo Federal "*não tem volta*". Segundo o ministro, os setores "*terão o benefício para sempre*". A reforma tributária já começou, e esta só beneficiará o capital.

JUROS ALTOS

Além disto, o governo ainda mantém a política de controle inflacionário através de altas taxas de juros, pela SELIC (a taxa básica da economia). Enquanto os EUA mantêm uma taxa de juros para venda de títulos públicos, através do seu Banco Central, o FED, entre 0% e 0,25%, e o Banco Central Europeu de 0,75%, o Banco Central do Brasil definiu a manutenção da taxa básica de juros em 7,25%, uma das maiores do mundo, mesmo com as recentes reduções.

Este nível acarreta em dois problemas de endividamento. O primeiro é o alto nível de endividamento público, pois os títulos públicos do Tesouro Nacional pagam uma remuneração muito alta, bancada pelo Estado. O segundo é que esta serve como referência para a taxa de juros dos bancos em todo o país. Com isto, justifica-se a manutenção de juros bancários muito elevados, deixando o Brasil como um dos países que cobram as maiores taxas de juros privadas do mundo, e liderando o ranking nas Américas.

Com os altos juros alimenta-se um aumento do endividamento das famílias. Segundo dados da Serasa, se compararmos fevereiro de 2013 ao mesmo mês do ano passado, houve um aumento da 10,1% das pessoas endividadas. E um aumento de 27,2%, se compararmos com o primeiro mês do governo Dilma, em janeiro de 2011.

Este é o retrato da política econômica do governo: desonerações sem diminuição proporcional de preços para os consumidores, precarização da Previdência Social e juros exorbitantes. Ou seja, mais do mesmo!

A previdência dos t

Uma nova reforma da Previdência está sendo colocada na agenda

DIEGO CRUZ, da redação

Após ficar relegada a segundo plano durante um tempo, a Previdência pública está voltando à mira do governo e dos empresários. Embora diferentes medidas estejam colocadas em pauta, os objetivos seguem a mesma lógica: reduzir as "despesas" com a Seguridade a fim de desviar mais recursos para o pagamento dos juros da dívida e impulsionar o bilionário mercado dos planos privados de aposentadoria.

A fim de se construir um consenso em torno desses ataques, retomam-se velhos argumentos, já repetidos à exaustão durante o governo FHC. O atual ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, por exemplo, reclamou no início deste ano, que o trabalhador brasileiro se aposenta "precocemente". Em um discurso que lembra em muito a fatídica fala de Fernando Henrique chamando os aposentados de "vagabundos", Garibaldi afirmou que *"no Brasil, as pessoas se aposentam aos 53 anos, e não é justo uma pessoa se aposentar com 53 anos"*. Na entrevista que concedeu à Rede Brasil Atual, em janeiro, ele ainda disse que *"a pessoa se aposenta tão precocemente que se vê tolhida na sua aposentadoria"*.

O ministro se referia ao famigerado fator previdenciário imposto em 1999 por FHC, que estabelece um cálculo para forçar os trabalhadores a postergarem ao máximo a aposentadoria. O fator leva em conta a idade do trabalhador, o tempo de contribuição e a expectativa de vida calculada pelo IBGE. Ele reduz a aposentadoria de quem se aposenta por tempo de contribuição (35 anos para os homens e 30 para as mulheres), mas que ainda não atingiu a idade mínima (65 anos para os homens e 60 para as mulheres). Ou seja, para o ministro do governo Dilma quem "tolhe" a aposentadoria dos trabalhadores não é fator previdenciário que come parte do benefício de quem já teria direito a se aposentar, mas o trabalhador brasileiro que supostamente se aposenta muito cedo.

Garibaldi afirmou ainda que o fator previdenciário falhou em coibir as aposentadorias "precoces" e defende sua radicalização na forma do "fator 95/105", números que representam, respectivamente, a soma do tempo de contribuição e da idade para as mulheres e os homens. O governo planeja colocar esse projeto em pauta no Congresso para enfrentar a pressão do movimento pelo fim do fator previdenciário aumente.

Assim, a fim de enganar os trabalhadores e vender esse ataque como se fosse uma concessão, ele substituiria o fator que existe hoje, cujo fim seria visto como uma vitória, mas o trocaria por uma regra ainda pior. *"Já tivemos duas reformas da Previdência, mas elas de certa maneira ficaram incompletas"*, disse o ministro na mesma entrevista, em que em determinado momento não consegue esconder a sinceridade: *"o que nós desejamos é que possamos, com o fim do fator previdenciário, ter uma idade mínima para aposentadoria"*.

Como uma transição ao fator 95/105, o governo defende a fórmula 85/95, defendida por centrais sindicais como CUT e a Força Sindical. O portal do deputado e presidente da Força, Paulinho Pereira, chega a afirmar que *"os parlamentares ligados às centrais sindicais e os deputados que representam os empresários estabeleceram um consenso pela substituição do Fator Previdenciário por uma fórmula 85/95"*. Mas essa fórmula seria melhor que o atual fator previdenciário?

Saiba mais

FATOR PREVIDENCIÁRIO
Instituído em 1999, estabelece um cálculo que leva em conta fatores como a idade do contribuinte, tempo de contribuição e expectativa de vida. Em geral, ele reduz os benefícios de quem se aposenta por tempo de contribuição mas que está abaixo da idade mínima (65 para homens e, 60 para mulheres)

FATOR 105/95
Regra defendida pelo ministro da Previdência e que estabelece aposentadoria integral somente para quem soma do tempo de contribuição e idade atingir 105, no caso dos homens, e 95, para as mulheres. Na prática, aumenta o tempo de contribuição e impõe uma idade mínima

FATOR 85/95
Defendido pela CUT e Força Sindical, funciona no mesmo esquema do fator 105/95. Em alguns casos chega a ser até mais prejudicial ao trabalhador que o fator previdenciário. O governo vê como uma mera transição para o fator 105/95.

trabalhadores em risco

do governo, desta vez com o fator 85/95 e a idade mínima

PIOR QUE O FATOR PREVIDENCIÁRIO

O fator 85/95 foi pensado para servir como contraponto ao fim do fator previdenciário. Essa proposta não é de hoje. Em 2010, um projeto do senador Paulo Paim (PT) chegou a ser aprovado, estabelecendo o fim do fator, mas foi vetado por Lula. Na época, o deputado Pepe Vargas (PT-RS) apresentou o projeto do fator 85/95, para o caso do fator previdenciário realmente ser extinto. Mas tudo permaneceu como está. Agora, as centrais sindicais estão encampando novamente essa proposta que está muito longe de ser progressiva.

O novo fator manteria o atual tempo mínimo de contribuição (35 anos para homens, e 30, para mulheres). Na prática, aumentaria o tempo de contribuição e estabeleceria a idade mínima de aposentadoria para se completar a soma. Ou seja, esse mecanismo seria tão ou mais regressivo quanto o atual fator, penalizando sobretudo os mais pobres, que precisam começar a trabalhar mais cedo.

Alguém que comece a trabalhar com 15 anos, por exemplo, ao completar o tempo de contribuição de 35 anos, terá 50 anos. A soma da idade com o tempo de contribuição daria 85. Ou seja, para atingir 95 ele teria que trabalhar mais 5 anos (assim ele aumentaria em 5 anos a idade e o tempo de contribuição, atingindo 95). Lembrando que, para o governo, essa fórmula seria tão somente uma transição para o fator 95/105.

PROTESTO pela derrubada do fator previdenciário.

Destruindo a Previdência pública

A Previdência pública e o sistema de Seguridade Social, embora ainda bastante insuficientes, foram pontos progressivos da Constituição de 1988, fruto de todo o processo de mobilização da década anterior. No entanto, a política neoliberal de desmonte dos serviços públicos chegou ao país logo depois e a previdência começou a ser dilapidada.

Já no governo Collor, se preparava uma ampla reforma, que acabou sendo postergada pelo impeachment. No entanto, em 1999, o governo FHC, no auge das privatizações e sucateamento do Estado, conseguiu implementar uma reforma que, além do fator previdenciário, instituía ataques como a troca do termo "tempo de serviço" por "tempo de contribuição". A resistência dos trabalhadores, por sua vez, impediu um ataque mais profundo. Mas as tentativas de se acabar com a Previdência pública se mantiveram.

O governo Lula, surpreendendo a muitos, tão logo foi eleito, impôs um duro ataque à aposentadoria dos servidores públicos. A reforma da Previdência, aprovada em 2003, acabou com a aposentadoria integral do setor, criando um fundo complementar (que foi regulamentado só recentemente). Agora, se sabe que essa reforma, que provocou greves e manifestações dos servidores, foi aprovada através da compra de deputados com o Mensalão, como o próprio Supremo Tribunal Federal reconheceu.

O fator 85/95 ou a idade mínima seriam a continuidade desse processo que, mesmo sem reformas "formais", já vem se dando. Ao mesmo tempo em que o governo e grande parte da imprensa alertam sobre um suposto déficit, a política de isenções do governo Dilma acabou com o imposto patronal de 20% da folha de pagamento para a Previdência em 40 setores. O próprio ministro da Fazenda, Guido Mantega reconhece que o benefício aos empresários deixará de arrecadar quase R$ 13 bilhões (só em 2013) e cerca de R$ 60 bilhões em quatro anos. Um rombo que vai ser utilizado, depoi,s como justificativa para acelerar uma nova reforma.

Campanha nacional pela anulação da reforma da previdência

PAULO BARELA, de São Paulo (SP)

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou, no chamado julgamento do Mensalão, que a aprovação da reforma da Previdência, em 2003, no primeiro mandato de Lula, foi realizada com a compra de votos de parlamentares. O governo usou recursos públicos para aliciar deputados e senadores e desferir um dos maiores golpes contra os trabalhadores do serviço público.

A decisão do STF em condenar aqueles que se utilizaram do poder para a compra de votos no Congresso Nacional prova a inconstitucionalidade e ilegalidade da reforma da Previdência. A reforma reduziu direitos previdenciários dos servidores ao instituir a taxação de aposentadorias e pensões, aumentou o tempo necessário para a requisição da aposentadoria e pôs fim ao benefício integral.

Os tribunais da justiça, sobretudo suas instâncias mais altas, como o Supremo, nunca defenderam os interesses dos trabalhadores. Apesar disso, cabe às organizações da classe explorarem as contradições da justiça e combinar ações institucionais com a luta direta nas ruas. Por isso, o Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais lançou uma campanha global pela anulação dessa reforma, que combina impetrar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao Supremo e, ao mesmo tempo, a realização de manifestações, atos públicos, seminários de debates e um abaixo-assinado.

Exigir do STF que anule uma medida estabelecida na base da corrupção é o mínimo que se pode fazer. Por isso, é de se lamentar que a CUT, mostrando novamente sua subserviência ao governo petista, como uma verdadeira central chapa branca, defenda os "mensaleiros" e não apoie essa luta em defesa dos direitos dos servidores públicos. Infelizmente, isso não surpreende, uma vez que a CUT, em 2003, nada fez para organizar a resistência dos trabalhadores contra esse brutal ataque.

Neste momento, as entidades dos servidores públicos estão intensificando a mobilização em torno da campanha pela anulação da reforma. Em reunião do Fórum Nacional, realizada no dia 18 de abril, foi definido o calendário de mobilização para coleta de assinaturas ao abaixo-assinado, cujo prazo limite é 31 de maio.

Essa campanha se incorpora ao trabalho de mobilização e preparação da Marcha a Brasília, no dia 24 de abril (leia página 16). A organização da campanha disponibilizou um abaixo-assinado eletrônico e outro, em papel, com o objetivo de coletar o maior número possível de assinaturas. O roteiro, com as principais informações sobre os procedimentos para a coleta de assinaturas em papel, pode ser visto no Portal da CSP-Conlutas. O abaixo-assinado eletrônico encontra-se alojado na internet no site Petição Publica Brasil, que disponibiliza um serviço público gratuito online, que também pode ser acessado no mesmo Portal.

21 de março: Dia de Denúncia do Racismo

Secretaria de Negros e Negras do PSTU

Shaperville, África do Sul, 21 de março de 1960: Vinte mil negros protestavam contra o regime do apartheid que os obrigava a portar cartões de identificação. O exército atirou sobre a multidão, resultando na morte de 67 pessoas e em 186 feridos. O episódio ficou conhecido como o "Massacre de Shaperville".

O movimento negro exigiu da Organização das Nações Unidas (ONU) que a data fosse instituída como o "Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial" para a reflexão sobre a luta do povo negro contra o racismo.

Passados mais de 50 anos, o apartheid já não existe na África do Sul. Mas a situação da maior parte da população negra é ainda trágica. Algo que ficou explícito quando, no ano passado, policiais sul-africanos abriram fogo contra mineiros em greve na mina de platina Marikana, no noroeste do país, assassinando mais de 30 operários.

Este foi mais um lamentável resultado da traição das lideranças sul-africanas, particularmente do Congresso Nacional Africano (CNA), dirigido por Nelson Mandela, que tiraram o país do apartheid, mas o mergulharam no neoliberalismo.

Como "não há capitalismo sem racismo", hoje, o desemprego, as péssimas condições de moradia e saúde e a fome ainda vitimam milhões de negros, que continuam "separados" da minoria branca, que, agora, divide seus muitos privilégios apenas com uma minúscula, mas extremamente poderosa e corrupta, "elite" negra.

AS MUITAS FACES DA VIOLÊNCIA RACISTA

Mas não é só na África do Sul que é preciso lembrar do significado do "21 de março". Em todos os cantos do mundo, o racismo continua promovendo "massacres". O que variam, apenas, são os métodos de repressão, opressão e extermínio. Algo que pode-se ver, cotidianamente, na Europa em crise ou nos guetos dos EUA, onde homens e mulheres negros, latinos e migrantes são alvos constantes da discriminação, do preconceito e da opressão.

E no Brasil, a situação não é diferente. Vivemos num país, onde, a cada 25 minutos um jovem negro é morto no Brasil. Já o Mapa da Violência no Brasil (2012) revelou que a possibilidade de que um jovem negro, de 15 e 24 anos, seja assassinado é 139% maior do que de um branco.

E o fato de que é o racismo que se encontra por trás destes números – e de que as políticas governamentais não levam isto em conta – fica evidente em outro número assustador: entre 2001 e 2010, enquanto o número de vítimas brancas, de 15 a 24 anos, caiu 27,5%; as vítimas negras aumentaram em 23,4%.

Quando combinado com o machismo, a violência racista é ainda maior: mulheres negras sobrevivem submetidas ao subemprego, aos baixos salários, à insalubridade, sem proteção trabalhista. Como também, é negra a maioria daquelas que não têm acesso às creches, a condições dignas de moradia e aos serviços públicos em geral, em particular os de saúde.

UMA LUTA DE RAÇA E CLASSE

Se isto não bastasse para desmascarar a farsa da "democracia racial" que muitos defendem existir no país, basta lembrar episódios recentes e lamentáveis. No início do mês, durante um trote na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), uma estudante apareceu numa foto acorrentada, pintada com tinta preta e obrigada a usar uma placa no pescoço: "Caloura Chica da Silva".

Enquanto isto, demonstrando verdadeiro escárnio em relação a negros, mulheres e a comunidade LGBT, o congresso elegeu o pastor Marco Feliciano (PSC-SP) para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Para por fim a estes absurdos é preciso lutar cotidianamente contra o racismo, mas também contra o sistema que o alimenta, através dos meios de comunicação, do sistema educacional e, inclusive, de suas igrejas.

Por isso mesmo, a principal lição que podemos tirar do "21 de março" é que o combate ao racismo só pode ser coerente e vitorioso se for uma luta de "raça e classe"; contra a opressão e o Capital que, acobertado pelos governantes, se utiliza do racismo para superexplorar milhões.

A única forma de acabar com a violência, assim como aconteceu em relação à brutalidade da escravidão, é de uma forma "quilombola", como Zumbi e Dandara nos ensinaram: na luta, independente dos poderosos, ao lado dos oprimidos e explorados.

Cotas raciais, já!

No ano passado, depois de 30 anos de luta o movimento negro conquistou uma vitória parcial: a lei que determina políticas de ações afirmativas (cotas) em todas as universidades e escolas técnicas federais do país.

Contudo, há algumas limitações ao projeto que não prevê mecanismos de permanência (como bolsa de alimentação, moradia e transporte) nem políticas de nivelamento acadêmico (que possam amenizar as deficiências da escola pública, enormemente sucateada exatamente em função das políticas neoliberais do governo).

Por outro lado, o governonão obriga as universidade estaduais a adotar a mesma lei para as federais. O resultado é que nas universidades públicas paulistas, por exemplo, estão sendo discutidas a implantação do Programa de Inclusão com Mérito das Estaduais Paulistas (PIMESP) que prevê cotas de inclusão e racial. Entretanto, essa medida, propõe segregar os cotistas por dois anos, em um curso politécnico. Isso evidência uma discriminação racial, social, admitindo o fracasso da escola pública.

Choque desocupa Aldeia do Maracanã

Da redação

O Batalhão de Choque da Polícia Militar invadiu, no dia 22 de março, a Aldeia Maracanã. A operação que contou com cerca de 200 policiais, carros blindados e diversas viaturas da PM desocupou o antigo Museu do Índio, retirando a força e de forma truculenta centenas de índios e ativistas dos movimentos sociais que estavam no local. Durante a remoção, sete pessoas foram detidas e dezenas ficaram feridas em decorrência da repressão policial.

O mandado de desocupação expedido pela Justiça Federal venceu no último dia 20 e o despejo dos indígenas estava autorizado desde ontem, quando o governador Sérgio Cabral (PMDB) deu um ultimato, reafirmando o pedido pela imediata desocupação do terreno.

Ainda na madrugada, a polícia cercou o prédio e impediu a entrada de novos ativistas na aldeia. A atuação truculenta do batalhão do Choque começou desde então. Qualquer aproximação do prédio era respondida com spray de pimenta e tiros de bala de borracha.

DE CABRAL A CABRAL...

A desocupação da Aldeia do Maracanã é mais uma das políticas de remoção para atender às demandas das empreiteiras nas grandes obras para a Copa do Mundo. De acordo com o projeto, o Maracanã passará a pertencer à iniciativa privada, com leilão agendado para abril deste ano, que deverá montar uma estrutura para receber os megaeventos, como a construção de um estacionamento e um shopping.

Para garantir o lucro dos empresários, portanto, é preciso destruir o prédio histórico que já abrigou o museu do Índio, uma escola pública considerada modelo e um complexo esportivo, utilizado por atletas e pela comunidade do bairro.

Golpe cívico-militar imperialista completa 49 anos

Temos direito à verdade, à reparação e à justiça.

AMÉRICO GOMES, da Comissão de ex-presos e perseguidos da Convergência Socialista e do ILAESE

O golpe cívico-militar de 31 de março de 1964 foi inspirado e coordenado pelo imperialismo norte- americano por meio do Departamento de Estado e da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, dirigida por Lincoln Gordon. Durnte o golpe, os EUA realizaram a "Operação Brother Sam", com deslocamentos de navios militares para a costa brasileira, no caso de haver resistência.

Uma conspiração que envolveu a CIA (na figura de Vernon Walters), oficiais de altas patentes, donos de empresas, bancos e grandes meios de comunicação e as empresas multinacionais. Todos que iriam lucrar muito com o golpe. O principal objetivo era utilizar o terror burguês para atacar a classe trabalhadora e destruir suas organizações. O imperialismo e a burguesia nacional consideravam o então presidente João Gulart incapaz de conter o avanço dos trabalhadores.

Com isso, pretendiam pavimentar o caminho para aumentar a exploração dos trabalhadores dentro do projeto de "modernização econômica do Brasil", planejado pelo imperialismo, e que depois veio a se chamar "milagre econômico".

A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES

As greves operárias e dos trabalhadores se iniciaram logo após o golpe, tiveram um pico em 1968 com as greves Belo Horizonte, Contagem, João Monlevade, Timóteo e Osasco. Greves que associaram reivindicações econômicas com a luta contra a ditadura militar.

Uma década depois, os operários voltaram à cena, agora no ABC, com lutas econômicas que logo passaram a luta política contra a ditadura. Iniciando-se na greve da Scania, em 1978. Neste ano, foram realizadas 118 greves. Entre 1978 a 1988 foram mais 2.188.

Estas lutam forçaram a ditadura a ceder, fazer concessões econômicas, acelerar a abertura, conceder a anistia e permitir a legalização dos novos partidos políticos, principalmente o PT. Era a força da nova e poderosa classe operária brasileira que voltava a golpear a burguesia, o imperialismo e seu regime militar.

REPARAÇÕES, OBRIGAÇÃO DO ESTADO

Foram estas lutas operárias e as mobilizações da classe trabalhadora que provocaram a derrubada da ditadura. Seus ativistas foram atacados e perseguidos, presos e demitidos. Alguns torturados e mortos. O Estado brasileiro tem o dever de garantir programas de reparação material às vítimas da sua perseguição. Reparações que incluam: restituições de direitos, contagem de tempo para fins de aposentadoria e garantia de reintegração ao trabalho.

Uma sociedade que queira extirpar a possibilidade de existência de um Estado ditatorial contra os trabalhadores tem que eliminar o legado de violência destes regimes e valorizar o direito à resistência dos povos contra a opressão.

> Punir os repressores do passado é fundamental para lutar contra os repressores de hoje e de amanhã, uma necessidade para defender as organizações operárias e populares.

Para isso, é necessário: restaurar a verdade e a memória; fazer a reparação (econômica, moral e histórica); responsabilizar judicialmente os que violaram os direitos humanos e cometeram crimes e reformar as instituições que serviram a ditadura (com a eliminação da legislação, órgãos de segurança e poder judiciário, feitos em base à ideologia de combate ao "inimigo interno").

Neste sentido, a realização da Caravana da Anistia dos presos e perseguidos políticos da ex-Convergência Socialista, firmará a Comissão da Anistia como um foro da Justiça de Transição. Tal atividade, além da reparação e reconhecimento de militantes que lutaram e foram perseguidos pelo regime, vai permitir também que os jovens possam conhecer a história e a relevância daqueles que lutaram contra a ditadura na defesa das liberdades públicas.

PUNIÇÃO EXEMPLAR AOS TORTURADORES

A Lei de Anistia aprovada pelo Congresso Nacional, em 1979, foi uma vitória parcial dos trabalhadores sobre a ditadura. No entanto, a lei aprovou anistia aos agentes de um regime que não tinha legitimidade de política. Por isso é necessário realizar sua revisão abrindo a possibilidade para que os agentes do Estado que cometeram crimes sejam punidos.

No Brasil nunca se puniu nenhum torturador. Na Argentina, membros das juntas militares foram julgados e punidos. No Peru, o ex-presidente Fujimori está preso. No Uruguai, o ex-presidente Bordaberry foi sentenciado há 30 anos e morreu em prisão domiciliar. No Chile, vários militares acusados de assassinatos e torturas cumprem penas.

O Supremo Tribunal Federal (STF) interpreta que a Lei da Anistia impede o julgamento de atos criminosos dos agentes do Estado praticados durante a ditadura. A decisão do STF reverte o conceito de como devem ser julgados os crimes contra a humanidade. Uma legislação não pode estar acima da defesa dos cidadãos contra um Estado que tortura, sequestra, estupra e assassina. O poder judiciário não pode proteger criminosos ou encobertar crimes.

Além disso, a decisão do Supremo não está de acordo com a normativa internacional que entende os crimes contra a humanidade cometidos por autoridades estatais como não passiveis de "anistia" por leis nacionais. O Brasil é signatário de Convenções contra as violações aos Direitos Humanos, dentre os quais, o Pacto de São José da Costa Rica. Portanto, deve aceitar a jurisprudência das instâncias penais internacionais. Em função disso, a OAB entrou com uma ação questionando a decisão do STF.

A deputada Luiza Erundina (PSB-SP) é autora do projeto que revê a reinterpretação da Lei da Anistia (Projeto Lei n° 573), que visa abrir a possibilidade da punição dos criminosos que agiram na ditadura. O projeto, porém, está emperrado no Congresso.

As entidades dos movimentos sociais devem enviar sua manifestação a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e pedir a aprovação do projeto.

A certeza da impunidade é que faz com que os atuais agentes de Estado continuem cometendo crimes. Ter a certeza da investigação e da punição, mesmo que seja futura, os intimidará. Punir os repressores do passado é fundamental para lutar contra os repressores de hoje e de amanhã, uma necessidade para defender as organizações operárias e populares. ■

Leminski:
Toda uma vida de poesia

WILSON H. DA SILVA, da redação

Lançado no início do ano, o livro *"Toda poesia: Paulo Leminski"* (Companhia das Letras, 421 páginas) já conseguiu uma proeza literalmente digna da obra e vida do genial poeta curitibano: bateu boçalidades neomachistas como "50 tons de cinzas" e atingiu o topo da lista dos mais vendidos no país. Uma "glória" que, com certeza, faria Leminski rolar de irônico prazer, caso a cirrose tivesse abreviado sua vida, pouco antes dos 45 anos, em 1989.

O fato de o livro ter se tornado um "best seller" causou surpresa no mercado editorial. E, com certeza, o feito tem que ser visto como uma bem-vinda contradição diante da razoável pasmaceira que domina as estantes. Uma contradição que pode até ser entendida como um reflexo dos "novos ventos" que começam a soprar mundo afora; mas, certamente, tem tudo a ver com a personalidade única e a múltipla obra de Leminski.

UM BANQUETE POÉTICO

Com cerca de 600 poesias, muitas delas inéditas, a coletânea é uma ótima oportunidade para que as novas gerações entrem em contato com uma obra que, como lembra Alice Ruiz (que foi companheira e parceira criativa do poeta), no prefácio do livro, foi construída com a destreza de um equilibrista que traça seu percurso entre mundos sem medo, com a coragem dos "ousados".

Do ponto de vista poético, esta ousadia está no centro da obra de Leminski que, como também destaca Ruiz, concilia *"em seus poemas a rigidez da construção formal e o mais genuíno coloquialismo"*. Nada mais Leminski. Um autor que, ao mesmo tempo em que dominava os "clássicos" e flertava com a cultura Oriental, sabia como poucos captar as vozes das ruas; iluminando os pequenos fatos da vida e jogando luz e sarcasmo sobre as dores e os prazeres do dia a dia.

Cada página do livro é uma prova disto. Organizado em ordem cronológica – começando com o já raro "Quarenta clics em curitiba", de 1976 –, "Toda poesia" permite conhecer uma obra marcada tanto pela explosiva, lírica e libertária produção da época em que o poeta era identificado como membro da "geração mimeógrafo" (que circulava pelas ruas divulgando seus trabalhos) quanto pelo profundo mergulho de Leminski na "poesia concreta", cujos sentidos emergem tanto das palavras quanto da forma em que elas são escritas e dispostas na página.

Exemplos da personalidade de um sujeito adepto radical do "tudo junto e misturado", os poemas são expressões, sempre esbanjando criatividade, como Leminski não temeu se equilibrar de forma bastante "instável" no meio de tudo isso.

Neles, a força poética é muitas vezes arrancada de um permanente diálogo com o melhor da poesia mundial, em particular os "rebeldes & malditos" (dos beatniks aos românticos do século 19). Acompanhando a variedade de temas, as formas circulam entre os curtos e cortantes haikais de inspiração oriental e as frases-piadas, que caracterizaram a poesia futurista (e, no Brasil, a obra de Oswald de Andrade).

O recorde de vendas alcançado pelo livro certamente também tem a ver com essa característica da obra de Leminski. A "multiplicidade de vozes" e a mescla de simplicidade e profundidade que ecoam em seus poemas, literalmente os tornaram atemporais. Prova disto foi a "febre", tempos atrás, dos "twicais" ("twitters" que reproduziam ou se inspiravam na obra do poeta). E, por isso mesmo, é importante que se conheça um pouco, também, do sujeito e "ser político" por trás da obra.

O POLACO-NEGRO, O TROTSKISTA-BUDISTA

Como afirmamos em um artigo sobre o poeta, publicado em 2009, tentar definir Leminski é uma tarefa difícil. Descendente de poloneses e negros; simpatizante, na juventude, do grupo trotskista "Liberdade e Luta" e adepto apaixonado da cultura e religiosidade do Oriente, o escritor fez da "mescla" (sempre instigadora e inteligente) uma de suas principais marcas, o que pode ser exemplificado, na forma e conteúdo, através de seus mais fabulosos haicais, escrito em espanhol: *"en la lucha de clases / todas las armas son buenas / piedras, noches, poemas"*.

Além da poesia, Leminski escreveu belíssimos livros (em formatos que sempre mesclam gêneros como o romance, a crônica, a autobiografia e o conto), como "Catatau" (1976), "Agora é que são elas" (1984), "Metaformose" (1994) e "O gozo fabuloso" (publicado em 2004).

Ainda mais impressionantes são as biografias escritas por Leminski, em particular as dedicadas ao poeta simbolista negro Cruz e Sousa e ao revolucionário russo Leon Trotsky ("Trotski: paixão segundo a revolução").

O livro, cuja leitura é praticamente um "dever militante", percorre a vida de Trotsky (dando grande destaque para as batalhas culturais que aconteceram ao redor dele), fazendo uma genial analogia com ele, Lênin e Stalin e os personagens centrais de "Os irmãos Karamazovski", de Dostoévski.

Se tudo isto não bastasse, o poeta, fluente em diversas línguas (incluindo francês, japonês e latim), ainda nos brindou com importantes traduções, como o "Satiricon", de Petrônio; "Sol e aço", de Yukio Mishima (ambas de conteúdo fortemente homoerótico); textos do alucinado dramaturgo Alfred Jarry, além de poemas e novelas de James Joyce.

SINTONIZADO COM A HISTÓRIA

Toda essa produção e sua enorme qualidade também devem ser vistas como reflexo da vida de um artista antenado de forma crítica com seu tempo. Tendo declarado um dia ser um *"daqueles que se colocam dentro de uma perspectiva histórica"*, Leminski foi, a seu modo muito peculiar, um "militante" em tempo integral em prol da humanidade, no seu sentido mais profundo.

Sua sintonia com o mundo fica evidente na definição político-poética que ele deu aos conturbados anos de 1968, que tanto marcaram sua geração e sua obra: *"contestação, rebelião estudantil na França, 'primavera em praga', / os 'powers' (black, red, gay, women's lib), a pílula, o aborto, / o martírio do Vietnã / radicalização em sentido socialista, na américa latina, / psicodelismo, zen, sociedade alternativa / rock / homem na lua, mcluhan, aldeia global, o meio é a mensagem / contracultura"*.

Por estas e muitas outras, ter a possibilidade de conhecer, na integra, a obra de Leminski é mais do que bem-vindo. E saber que há um público razoável interessado neste caldo de criatividade, ousadia e espírito rebelde, é uma notícia ainda melhor. Bravo, Leminski! ■

CARDEAIS reunidos.

Papa Francisco: uma renovação da Igreja Católica?

JEFERSON CHOMA, da redação

A escolha do cardeal argentino, Jorge Mario Bergogl como o novo papa surpreendeu boa parte do mundo. Primeiro, porque o cardeal sequer era cotado entre os principais "especialistas" no assunto. Em segundo lugar, porque Bergoglio, agora o papa Francisco, é o primeiro latino-americano que assume a liderança da Igreja Católica na história.

A escolha de um papa argentino é uma óbvia tentativa de renovação de uma Igreja mergulhada em escândalos sexuais e de corrupção, mas que não recua um milímetro sequer na ortodoxia católica mais conservadora.

Muito rapidamente, a grande imprensa começou a festejar a eleição de "*um pastor que sempre acompanhou aos pobres*" e de um papa que "*surpreende por sua modéstia e singeleza*", taxado como um "conservador moderado". A "humildade" do novo papa foi bastante destacada por todos, inclusive pelos setores da Teologia da Libertação, como Leonardo Boff. "*Francisco não é um nome. É um projeto de Igreja, pobre, simples, evangélica e destituída de todo o poder*", escreveu ao Jornal do Brasil.

Mas afinal, de que Igreja vem Bergoglio e quais são suas posições sobre os temas mais polêmicos da atualidade? O papa Francisco representa algum tipo de renovação da igreja?

IGREJA NA ARGENTINA

Diferente do que ocorreu no Brasil, onde muitos integrantes da Igreja lutaram contra a ditadura militar ou se envolveram em causas populares, na Argentina, a Igreja cumpriu um papel extremamente reacionário e entregou muitos ativistas à famigerada ditadura (1976-1983) que assassinou pelo menos 30 mil pessoas.

Em contrapartida, a ditadura promulgou leis em benefício da Igreja Católica, como, por exemplo, a Lei n º 21.950 de março de 1979, assinada pelo ditador Jorge Rafael Videla, que responsabilizava o Estado pelo pagamento do salário dos arcebispos, bispos e seus auxiliares. Os governos dos Kirchner nunca disseram nada sobre este assunto e os pagamentos são realizados até hoje. Para ser ter uma ideia sobre a influência da Igreja no país, basta lembrar que, até 1994, na Constituição da Argentina, o presidente tinha que ser um católico romano. O artigo foi alterado por Carlos Menem, que nasceu em uma família de muçulmanos.

A íntima relação da Igreja com a ditadura resultou em um imenso desgaste do catolicismo na Argentina. Segundo o jornalista argentino Ariel Palacios, uma pesquisa realizada em 2009 apontava que aproximadamente 76% dos argentinos foram originalmente batizados católicos. Mas, apenas 6% são praticantes. O número de ateus, porém, ultrapassa o de católicos e evangélicos praticantes, representando 11,3% da população, segundo a mesma pesquisa. Nos últimos anos, como arcebispo de Buenos Aires, Bergoglio tentou reverter o declínio da Igreja Católica em seu país.

O problema é que o cardeal, ordenado em 1969, construiu toda a sua carreira eclesiástica ao longo dos anos 1970 em meio à sangrenta ditadura. Bergoglio, um membro da ordem Jesuíta, acompanhou a cúpula eclesiástica argentina no apoio à ditadura militar de Videla. Há acusações de que ele facilitado a detenção e tortura de dois padres que faziam trabalho na Villas Miséria. As acusações foram publicadas no livro "*El Silencio*" ,do jornalista Horacio Verbitsky. É acusado, também, pelas Avós da Praça de Maio pelo sequestro de bebês durante a ditadura.

O Vaticano não tardou em reagir, qualificando as acusações de mentirosas. O porta-voz do Vaticano Federico Lombardi afirmou que "*jamais houve uma acusação verossímil contra o Papa*".

Todavia, não é nenhuma casualidade que, sob o comando de Bergoglio, a Igreja argentina não tenha excomungado qualquer torturador ou mesmo os ditadores, especialmente o católico Videla.

Se o antigo papa Bento 16 tinha seu passado marcado por sua militância na juventude hitleriana, o papa Francisco não pode ocultar suas obscuras relações com um dos regimes mais genocidas da America Latina.

> Se Bento 16 tinha seu passado marcado por sua militância na juventude hitleriana, o papa Francisco não pode ocultar suas obscuras relações com um dos regimes mais genocidas da America Latina.

CONSERVADOR MODERADO?

Sobre os temas comportamentais, o Papa Francisco não se diferencia em nada de seu antecessor. Em 2010, o Cardeal liderou uma frente conservadora contra a aprovação da união civil entre homossexuais, tida por ele como um "projeto do Diabo" que ameaçava a família tradicional. "*Não sejamos ingênuos: não trata de uma simples luta política. Pretende-se a destruição do plano de Deus. É uma jogada do pai da mentira para confundir e enganar os filhos de Deus*", disse.

Também é um militante contra o aborto e contra toda forma de anticoncepção, incluído o uso de profiláticos como medida sanitária. Dentro da igreja, opõe-se ao ordenamento de mulheres como sacerdotes e a toda mudança no regime machista-patriarcal que a rege Igreja Católica. Por fim, o novo papa também se opõe ao divórcio, que atenta contra o valor do "*até a morte os separe*", segundo suas próprias palavras.

No que se refere a sua atuação política, o candeal Bergoglio é uma das lideranças da oposição de direita aos governos dos Kirchner. Em 2008, por exemplo, apoiou *lockout* dos fazendeiros de soja contra o aumento de impostos.

Tudo isto conduz inevitavelmente à pergunta: por que ante a necessidade de dar uma imagem de renovação, recorre-se a um digno representante do que há de mais retrógrado na Igreja Católica? A resposta é que a Igreja Católica não tem outra coisa a oferecer. Aproveitando as expectativas geradas por sua nomeação, acredita-se que a escolha de um papa latino-americano que "defende os pobres" e prega "humildade", poderá abafar os escândalos sexuais e de corrupção que abalaram o Vaticano.

Por outro lado, ao contrário de sugerir uma abertura e uma renovação da Igreja, a escolha do novo papa não diminui um evidente distanciamento entre seus dogmas e o modo de vida da esmagadora maioria dos católicos. Tampouco esconde o fato da Igreja Católica (como ficou explícito na Argentina) sempre ter servido e abençoado o poder e a opressão. ■

NOVO PAPA Jorge Mario Bergoglio

Encontro em Paris lança rede sindical internacional

Encontro Sindical Internacional convocado pelo Solidaires (França), a CGT espanhola e a CSP-Conlutas, aprova campanhas e lutas comuns contra a crise

EDUARDO ALMEIDA, de Paris (França)

Manhã fria em Paris. Estamos na Bourse du Travail de Saint Denis, utilizado por todas as centrais sindicais para reuniões. Mas, hoje, dia 22 de março, sexta-feira, é um dia especial. Está começando um encontro internacional do sindicalismo alternativo, um contraponto ao reformismo das centrais sindicais dominantes. O desafio é enorme: unir as experiências de reorganização do movimento de massas de cada país, com distintas tradições, em uma rede internacional.

O Encontro foi convocado pela Union Syndicale Solidaires, da França; a Confederación General del Trabajo (CGT), da Espanha, e a CSP-Conlutas, do Brasil. Essas correntes já vinham em um processo de colaboração há alguns anos e haviam realizado uma reunião preparatória, no Brasil, em 2012, logo depois do congresso da CSP-Conlutas.

> Encontro reuniu delegados de 32 países e mais de 100 organizações sindicais

A chegada dos delegados foi dando uma dimensão da vitória do encontro. Sem dinheiro da burguesia nem dos governos, ou o aparato das centrais sindicais reformistas, se reuniram delegados de 32 países e mais de cem organizações sindicais. Umas trezentas pessoas falando todas as línguas, se identificando pelas experiências de lutas. Um encontro muito diferente dos organizados pelas burocracias sindicais das centrais reformistas: os próprios dirigentes carregavam caixas e faixas, eram parte da organização concreta das atividades.

REORGANIZAÇÃO

Esse encontro seria impossível há alguns anos atrás. É produto da contestação das travas que constituem as centrais sindicais europeias em função da gigantesca crise e das grandes lutas que estão ocorrendo. A partir daí, está se fortalecendo o sindicalismo alternativo na França, Espanha, Inglaterra, Itália, etc. Da mesma maneira, estiveram presentes as organizações sindicais que se localizam à esquerda dos governos atuais no Norte da África, incluindo os países que derrubaram governos e ditaduras. E, por outro lado, as organizações sindicais que se chocam com os governos nacionalistas burgueses ou "de esquerda" da América Latina, como Lula, Cristina Kirchner etc. Ou seja, o encontro é uma expressão da reorganização em nível mundial, com suas desigualdades.

Na abertura, o representante de Solidaires, Christian Majheux, saudou as delegações presentes. Disse que a crise capitalista tem consequências econômicas, sociais e ecológicas em todo o mundo, interconectadas, e que se realimentam umas às outras. E que é necessário trabalhar em conjunto, mesmo com diferenças filosóficas e organizacionais, porque o que nos une é a luta dos trabalhadores, desempregados, jovens e aposentados.

Depois da CGT espanhola, falou a CSP-Conlutas, que esteve presente com 45 delegados. Dirceu Travesso, representando a central, disse que é fundamental construir a resistência contra o Capital baseada no internacionalismo e na solidariedade. Para isso, é preciso resgatar o sindicalismo de luta contra os pactos sociais e o imperialismo, apoiado na democracia operária.

OS DEBATES SOBRE A CRISE

No sábado, o encontro foi dividido em três partes: análise da crise capitalista, a relação do sindicalismo com outros movimentos sociais e as campanhas.

A primeira mesa foi aberta com um informe de Desidério, da CGT espanhola. Ele falou sobre a crise, mostrando como o capitalismo aparece com novas regras do jogo em que não existe nenhuma regulamentação para o Capital. Mostrou que as políticas de ajuste são iguais, sempre com ataques aos salários, reformas trabalhistas, reformas previdenciárias e a crise da dívida pública dos Estados. Abertas as inscrições, os delegados expressaram a realidade da crise em cada um de seus países.

A situação na Europa veio à tona com depoimentos impressionantes. Salvatore d'Amato, um operário italiano de uma fábrica da Fiat (Iribus) que está sendo fechada, falou sobre como é importante acabar com a competição com que os patrões nos dividem. Fabiana Stefanoni, da coordenação italiana "No austerity", disse que nessa fábrica, os direitos mais básicos, como de sindicalização, são negados. Deu ainda o exemplo de uma fábrica ocupada (Ginori) com mulheres na linha de frente. Reivindicou também a democracia operária com o método das votações em assembléias.

Um delegado do RMT (sindicato dos transportes da Inglaterra) denunciou as demissões no país e defendeu a ruptura com a União Européia. Martin, de Liverpool, falou dos processos da reorganização no país, destacando que o sindicato dos professores e a TUC (Trades Union Council) de Liverpool estão discutindo a necessidade da greve geral no país.

Uma companheira grega, Yota Lazaropoulou, fez um dos depoimentos mais comoventes, falando da fome das crianças nas escolas, da proibição das greves e dos cortes salariais. Disse que está se regredindo aos inícios do capitalismo, e que é preciso construir alternativas contra as duas centrais reformistas do país. Terminou dizendo que não há futuro para os operários dentro da União Européia.

O Norte da África, palco das revoluções que se insurgem contra ditaduras sanguinárias, foi representado através da delegação da Tunísia. O representante da UGT denunciou que a revolução foi roubada dos que a fizeram. Mostrou como o assassinato do líder oposicionista Chokri Belaid levou à greve geral e a derrubada do governo. Denunciou que hoje os sindicatos são alvos de ataques dos islâmicos.

A América Latina se expressou com força. Herbert Claros, metalúrgico de São José dos Campos (SP), denunciou os governos Lula e Dilma, e mostrou como alternativa a luta articulada internacional. Deu como exemplo a mobilização de janeiro de 2013, dos metalúrgicos, em 9 países, a partir da solidariedade aos trabalhadores da GM.

Didier Dominique, do Batay Ouvryié do Haiti, denunciou a ocupação militar da Minustah, liderada por tropas enviadas pelo governo brasileiro do PT, assim como da Argentina e da Bolívia de Evo Morales. Falou da repressão aos sindicatos, como a demissão de 70 operários do SOTA (Sindicato dos trabalhadores têxteis de Porto Príncipe). Também se referiu ao início de coordenação dos sindicatos

CHRISTIAN MAJHEUX, o representante de Solidaires, saúda as delegações presentes.

têxteis do Caribe e América Central.

Um delegado argentino denunciou o governo de Cristina Kirchner, que resgatou as privatizações e está levando a uma nova crise no país, já com o dólar paralelo 60% acima do oficial. Falou da necessidade da independência política dos sindicatos em relação ao governo e da crise da burocracia sindical argentina, assim como da greve geral que paralisou o país, no dia 20 de novembro passado.

Julio López falou em nome da Confederação da Classe Trabalhadora (CCT) do Paraguai , surgida como expressão da reorganização ocorrida durante o governo Lugo. Denunciou a perda de direitos históricos dos trabalhadores e a concentração de terras no país (2% são donos de 85% das terras).

SINDICALISMO ALTERNATIVO E OUTROS MOVIMENTOS

A segunda mesa, coordenada por Anick Coupeé, do Solidaires, foi centrada na relação do sindicalismo de luta com os movimentos sociais como os movimentos contra a opressão das mulheres, dos negros, homossexuais e imigrantes. A mesa foi composta integralmente por companheiras, corrigindo um erro ocorrido na manhã em que não havia nenhuma mulher. Isso gerou um mal-estar no plenário, que levou a uma autocrítica dos organizadores e a uma mesa só de mulheres no resto do dia.

Ana Rosa falou em nome do MML (Movimento Mulheres em Luta, filiado à CSP-Conlutas). Mostrou como as mulheres estão em luta, e que a unidade não deve se estender às mulheres burguesas como Angela Merkel, Cristina Kirchner e Dilma Roussef, mas às trabalhadoras em luta. Houve diversas intervenções denunciando a situação das mulheres em todo o mundo, destacando-se companheiras da Turquia, Inglaterra e outras.

Moustapha Wagne, senegalês , representante de um dos principais movimentos de imigrantes da Itália, realizou uma intervenção mostrando os violentos ataques sofridos por eles e chamando o encontro para uma ação concreta nas lutas. O sindicato de professores da Argélia, por sua vez, defendeu a necessária ligação do movimento sindical e social, e como o sindicalismo alternativo deve envolver também os desempregados.

E AGORA, COMO AVANÇAR?

A terceira mesa foi coordenada por Dirceu Travesso, da CSP-Conlutas. Didi fez um resgate das duas mesas anteriores, retomando a caracterização da crise do capitalismo e da guerra social que está sendo imposta contra os trabalhadores. Ressaltou que as diferenças existentes entre os componentes do encontro são uma qualidade, não um problema. E falou que esse encontro não pode ser a repetição de outros da burocracia sindical em que só se faz "turismo sindical". Afirmou, com clareza, que é fundamental que ali se definissem campanhas que levem a ações conjuntas no movimento de massas. Ou então, não avançaremos na construção de uma alternativa.

> Rede internacional deve apoiar e impulsionar o sindicalismo alternativo às burocracias que travam as lutas em seus países

Concretamente, propôs campanhas ao redor de quatro eixos: contra os planos de austeridade; em defesa do direito de organização, contra a criminalização dos movimentos; contra as opressões as mulheres, imigrantes, negros e homossexuais; em defesa da Palestina. Didi propôs que isso se expressasse em um manifesto a ser apresentado no 1º de maio, assinado por todas as organizações presentes ao encontro.

A discussão foi reaberta com muitas intervenções. Entre elas, se destacou a de Angel Luis Parras, o "Cabezas", em nome da Cobas Madrid. Ele retomou o chamado de Didi à ação. E disse que os trabalhadores espanhóis iriam perguntar a eles, quando voltassem: "Quem são vocês?" E que era necessário responder: "*aqui estão os que lutam contra os planos de austeridade, os que não se submetem aos governos que os impõem e as burocracias que os sustentam. Os que defendem que não se deve pagar a dívida aos banqueiros*".

A noite terminou com um jantar na sede do Solidaires. Fomos, em pequenos grupos, pelas ruas de Paris. O guia de nosso grupo, Arturo, um operário espanhol que ali estava pela primeira vez, estudava a cada passo o mapa da cidade. Quase um símbolo: um operário buscando os caminhos na cidade que abrigou a Comuna. E chegamos bem, com o alegre Arturo à frente.

NASCE A REDE SINDICAL INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE E DE LUTAS

O domingo foi de conclusões. Foi definida a criação da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e de Lutas, que vai ter uma coordenação ampla, a partir das três correntes que convocaram esse encontro, aberta à participação de outras entidades. Essa coordenação se reunirá a cada seis meses e deve avaliar, na próxima reunião, a possibilidade de um novo encontro.

Foi apresentada uma proposta de manifesto para o 1º de maio, a ser distribuído por todas as entidades que estiverem de acordo. Esse manifesto parte de um rechaço a todos os governos que aplicam os planos de austeridade e a defesa da suspensão do pagamento das dívidas externas; dos direitos trabalhistas e previdenciários; a defesa da autodeterminação dos povos, com destaque para a luta palestina, e o rechaço a toda forma de opressão.

Foram definidas as campanhas comuns propostas no dia anterior. A primeira, as lutas sindicais comuns contra a crise e suas consequências (demissões, precarização, ataques aos serviços públicos etc.). A segunda, a defesa dos direitos sindicais e de organização, a luta contra a criminalização dos movimentos sociais e a repressão antissindical. A terceira, desenvolver uma ação de solidariedade internacional ao povo palestino. E a quarta, a luta pela igualdade de direitos, que terá como centro a luta contra a opressão das mulheres.

Foi acertada ainda a manutenção da página na web criada para o encontro, que avançará a partir do lançamento da Rede Sindical Internacional. Ocorreram, ainda, reuniões de distintos setores profissionais e foi acertada uma primeira divisão de acompanhamento desses trabalhos. Solidaires vai coordenar a organização de trabalhadores da saúde, dos call centers e de ferroviários. A CSP-Conlutas deve assumir a coordenação da construção civil, setor automobilístico e o trabalho entre as mulheres.

Os participantes saíram com um sentimento de vitória, de terem feito algo inédito. Na verdade, a importância de tudo o que foi decidido só poderá ser avaliado daqui a algum tempo, quando o que foi votado for implementado. Mas, pode estar nascendo algo novo no sindicalismo alternativo em escala internacional. Bem mais forte que qualquer uma de suas partes.

Dirceu Travesso, um exemplo

Poucos sabiam, mas Dirceu Travesso, uma das lideranças que construíram este encontro, quase não participou do mesmo. Na véspera, uma dor abdominal violenta o levou a um hospital por sete horas em Paris. Até a realização da tomografia, não se podia dizer o que aconteceria com Didi. Ele sofre de câncer desde 2009, já tendo sofrido quatro cirurgias para conter a doença, e nesse momento está fazendo quimioterapia. Ao final, foi constatada uma progressão da doença. Mas, sob o efeito de medicações pesadas contra a dor, Didi participou de todo o Encontro, não se queixando de nada para ninguém. O Encontro foi uma grande vitória. E Didi, um exemplo moral para todos nós.

Tomar Brasília no dia 24 de abril!

Marcha Contra a Política Econômica do Governo Federal se fortalece e ganha novas adesões.

PAULO BARELA, de São Paulo (SP)

Além dos trabalhadores rurais sem terra do Pontal do Paranapanema e dos assalariados do campo organizados pela FERAESP, em São Paulo, aderiu ao chamado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que decidiu em reunião da direção nacional da entidade somar-se a construção da marcha. Segundo os dirigentes do MST presentes à reunião "estamos nos somando à marcha, pois esta defende a reforma agrária e está é a bandeira central do MST".

Também estarão na marcha, os companheiros dos movimentos de luta pela reforma agrária do Distrito Federal, de Goiás e de Minas Gerais. A previsão da organização é que só no setor rural é possível o envio de 200 ônibus para o evento. As entidades que compõem o Espaço de Unidade de Ação já se organizam para garantir a presença desses trabalhadores em Brasília.

O Fórum Nacional das entidades dos servidores federais vai levar delegações de todo o Brasil. A previsão das entidades do setor, engajados na marcha (CONDSEF, ANDES-SN, SINASEFE, FENASPS, FASUBRA, ASFOC-SN e outras), é de levar entre 5 e 6 mil manifestantes.

O setor da educação básica levará dezenas de ônibus de vários estados, apesar da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) boicotar a marcha. Só o Centro de professores do Rio Grande do Sul (CPERS) deliberou por enviar 10 ônibus da categoria. Os professores gaúchos também deliberaram por realizar uma greve de três dias, entre 23 a 25 de abril, combinando com a data da marcha.

Além desses setores, intensifica-se a mobilização em aposentados, tendo à frente a COBAP, entidade do setor. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação já estava incorporada e organizando suas caravanas em todo o país. Agora, somam-se outras cinco confederações nacionais: a CONTEC, do setor bancário, a CNTC, de comerciários, a CNPL, dos profissionais liberais, a CONTRATU, de profissionais de turismo e a CNPEEC, dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino e cultura.

PROGRAMAÇÃO

O dia 24 de abril promete ser de muita combatividade em Brasília. Além da marcha, que deve reunir milhares de ativistas de todo o Brasil e atravessará o Plano Piloto da capital federal, vários setores realizarão atividades durante esse dia. Os servidores federais farão uma manifestação no Ministério do Planejamento; trabalhadores da educação se reunirão em frente ao Ministério da Educação (MEC); trabalhadores rurais e camponeses exigirão um plano do governo para a reforma agrária, além da várias outras atividades que acontecerão em torno da plataforma de reivindicações da marcha.

A coordenação da marcha solicitou audiências com o governo, com o presidente do Senado, com o presidente da Câmara e com o presidente do Supremo Tribunal Federal para exigir o atendimento das reivindicações expressas na plataforma unitária.

CSP-CONLUTAS

A CSP-Conlutas segue avançando na base o processo de preparação da marcha e estimulando as categorias e movimentos para organizarem as caravanas. Até o fechamento desta edição, os estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Ceará, Paraná e Rio de Janeiro apontavam para um número de mais de 150 ônibus. O ANDES-SN, sindicato de docentes das universidades federais, filiada à central, informou que, além de garantir a participação de sua categoria, também buscará contribuir com o deslocamento dos setores que não tenham condições financeiras para alugar os ônibus.

PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO É ALAVANCA PARA A LUTA CONTRA O GOVERNO

A marcha vem se transformando em um polo de atração para todas as categorias e entidades que estão dispostas a lutar contra as políticas do governo e dos patrões. Uma política que prevê a retirada de direitos dos trabalhadores e uma nova reforma da Previdência (leia as pgs. 8 e 9).

Mas a movimentação em torno da marcha expressa um processo de reorganização vivo que ocorre no movimento sindical em nosso país. A CSP-Conlutas tem apostado na política de unidade de ação compreendendo que é preciso unir todos que queiram lutar em defesa dos trabalhadores. Por isso, a Central tem privilegiado a busca de acordos para construção de ações de luta com os companheiros da corrente "A CUT Pode Mais" (CPERS e outras categorias) e "Independentes" (CONDSEF), que são movimentos e correntes políticas que atuam no interior da CUT.

Neste momento, preocupada com a extensão política da marcha a Brasília, a direção da CUT, de forma agressiva, ataca a CSP-Conlutas e as organizações envolvidas nesta atividade, numa demonstração de sua total subserviência ao projeto econômico do governo.

Indignados com tal atitude, companheiros da "A CUT Pode Mais", que estão envolvidos na construção da marcha, lançaram uma nota pública lamentando a posição da CUT. "Lamentamos que a corrente majoritária da CUT não compreenda a conjuntura que vive a classe trabalhadora [sic], insista em defender o ACE e se colocar contra a luta pela Anulação da Reforma da Previdência. Fazemos um apelo a todos os companheiros(as) da CUT que se juntem à mobilização em Brasília, para que possamos mostrar a unidade e a força dos trabalhadores e trabalhadoras", diz a nota.

Devemos agora revigorar o esforço para organizar reuniões e plenárias nos estados e regiões para fortalecer as ações políticas de preparação da marcha (agitação na base, panfletagens etc). Ao mesmo tempo, potencializar os recursos humanos e financeiros, juntando as entidades e movimentos de cada estado ou região. Dessa forma, é possível que as categorias se apoiem mutuamente e garantam a participação de todos os setores de trabalhadores nesta grande marcha.

ZOAO ZINCLAIR

MARCHA A BRASÍLIA EM 2011 tomou a esplanada.